



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

APRENDIZAGEM DOS ALUNOS SÍNDROME DE DOWN EM CONTEXTO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Francisca de Moura Machado¹

1. INTRODUÇÃO

Com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, surgiu em meados do século XX em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva.

No decorrer desse período histórico, ocorreu várias críticas às práticas de categorização e segregação de alunos encaminhados para as salas de aula especiais, que conduziu ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares.

Na década de 50 começaram a surgir as primeiras escolas especializadas e as classes especiais. A Educação Especial se consolidava como um subsistema da Educação Comum. Foi um período no qual predominou a concepção científica da deficiência, acompanhada pela atitude social do assistencialismo presente na Idade Média e reproduzido pelas instituições filantrópicas de atendimento aos alunos com deficiência.

Na década de 70, com o surgimento da proposta de integração, os alunos com deficiência começaram a frequentar as classes comuns. O avanço dos estudos nas áreas de Psicologia e Pedagogia passaram a demonstrar as possibilidades educacionais desses alunos. Predominava a atitude de educação/reabilitação como um novo paradigma educacional. Entretanto, coexistia também uma atitude de marginalização por parte dos sistemas educacionais, que não ofereciam as condições

¹Doutora em Educação pela UDE/UFSCAR-SP; professora do curso de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica – IFAC - Ac; Doutora Pesquisadora do INEC – Instituto de Pesquisa, Ensino e de Estudos das Culturas Amazônicas – Ac; Professora formadora do Centro de Atendimento Educacional Especializado Dom Bosco - SEE, Rio Branco – Acre. francisca.doutora@gmail.com



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

necessárias para que os alunos com deficiência alcançassem sucesso na escola regular.

Nas décadas de 80 e 90, teve início a proposta de Inclusão de alunos com deficiência, numa perspectiva inovadora em relação à proposta de integração da década de 70, cujos resultados não modificaram muito a realidade educacional de fracasso desses alunos. A proposta de inclusão, propõe que os sistemas educacionais passem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade para todos e fazer adequações que atendam às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência.

A inclusão das pessoas com síndrome de Down no âmbito escolar tem como finalidade o acesso e permanência, contribuindo para a melhoria do atendimento especializado, na formação dos professores e na estrutura organizacional. A propostas dessas ações é proporcionar a equidade de oportunidades às pessoas com deficiências.

A Educação Inclusiva visa reduzir todas as pressões que levem à exclusão e todas as desvalorizações, sejam elas relacionadas à capacidade, ao desempenho cognitivo, à raça, ao gênero, à classe social, à estrutura familiar, ao estilo de vida ou à sexualidade.

Nesse sentido, surgiu à necessidade de compreender este cenário, está foi à temática que impulsionou a construção deste artigo, cujo problema de investigação esteve centrado na seguinte questão: Como está sendo a atuação pedagógica dos professores do ensino fundamental na aprendizagem dos alunos síndrome de Down? O objetivo deste estudo foi analisar a qualidade do envolvimento dos professores dos alunos síndrome de Down inserida nas turmas de primeiro ano do ensino fundamental.

A metodologia utilizada para realização desse estudo foi à pesquisa qualitativa, o instrumento utilizado foi um questionário investigativo no sentido de conhecer a atuação pedagógica do professor em sala de aula, para então compreender o envolvimento pedagógico na sala de aula com os alunos síndrome de Down.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação Inclusiva: Escola para todos



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

Na busca de enfrentar os desafios e construir projetos capazes de superar os processos histórico de exclusão, ocorreu em 1990 em Jomtien na Tailândia, a Conferência Mundial de Educação para Todos que forneceu definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, necessários para os seres humanos possam sobreviver e desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar a aprender, (BRASIL,1990).

Tendo em vista estabelecer compromisso mundial para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos, a Conferência Mundial de Educação para Todos e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, promovida pelo governo da Espanha e pela UNESCO, em 1994. Os referidos eventos chamam a atenção dos países para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, tendo como objetivo promover as transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola.

Acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos, o documento Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais proclama que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, ressaltando os princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicos ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizados. (BRASIL, 1997, p. 17 e 18).

A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência outorgada pela ONU em 2006 é ratificada pelo Brasil como emenda constitucional, por meio do



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

decreto Legislativo 186/2008 e pelo Decreto Executivo 6949/2009. Este documento sistematiza estudos e debates mundiais realizados ao longo da última década do séc. XX e nos primeiros anos deste século, criando uma conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma da inclusão social.

Assim, esse tratado internacional altera o conceito de deficiência que, até então, representava o paradigma integracionista, calcado no modelo clínico de deficiência, em que a condição física, sensorial ou intelectual da pessoa se caracterizava como obstáculo a sua integração social, cabendo à pessoa com deficiência, se adaptar às condições existentes na sociedade.

Contudo, os princípios definidos na atual política são ratificados pelas Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010, que no documento final salientam que na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum.

A participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2010).

Visando instituir uma política pública de financiamento da educação inclusiva, é publicado o Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o apoio da União aos sistemas de ensino para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado – AEE a alunos com deficiência, de acordo com esse decreto 6.571/2008, o atendimento educacional especializado - AEE é o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma



Simpósio Linguagens e Identidades da / na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. (BRASIL, 2010).

O Brasil possui leis que auxiliam a legalidade da inclusão escolar:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, no seu artigo 4º, III diz: Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades educativas especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino;
- A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 208 diz: O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Nº 8069/90 que no seu artigo 54, III diz: Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Assim, com as conquistas da legislação, a inclusão escolar é um tema polêmico divergindo opiniões de educadores e pesquisadores.

Nesse cenário, a Educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças. E as escolas regulares, seguindo uma orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes para atender as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

De acordo com o perfil da formação dos professores da educação básica encontra-se estabelecido no artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) Lei nº 9.394/1996, segundo o qual a formação de professores para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996).



Simpósio Linguagens e Identidades da / na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

No entanto, educar na diversidade exige no professor um direcionamento para o estudo de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e a diversidade nas salas de aula, considerando dois importantes eixos na formação e atualização profissional, o primeiro refere-se ao conteúdo e o segundo, à forma de desenvolver esse conteúdo amplia-lo, além de adaptar o planejamento e os processos de ensino, os professores precisam olhar para as competências e não para as suas limitações dos alunos.

2.2 Síndrome de Dow e suas potencialidades na aprendizagem

Todas as crianças são únicas e, para além da deficiência, guarda características próprias. O perfil e o estilo de aprendizagem típico da criança com síndrome de Down, associados às suas necessidades individuais e variações dentro do perfil, precisam ser considerados. As características a seguir são típicas de muitas pessoas com síndrome de Down.

No entanto, as crianças com síndrome têm um perfil de aprendizagem específico com características fortes e fracas, onde permitirá à ao professor, implementar atividades significativas e relevantes. Isto não significa que todas as crianças com síndrome de Down terão as mesmas dificuldades ou facilidades em relação a aprendizagem.

Alunos com síndrome de Down tem idade cronológica diferente de idade funcional, desta forma, não devemos esperar uma resposta idêntica à resposta das crianças sem a síndrome. Esta deficiência decorre de lesões cerebrais e desajustes funcionais do sistema nervoso.

Segundo estudos de Schwartzman (1999, p. 246), reporta que *o fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente.*

A prontidão para a aprendizagem depende da complexa integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução de funções específicas como linguagem, percepção, esquema corporal, orientação tempo, espaço e lateralidade,



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

não desenvolvem estratégias espontâneas e este é um fato que deve ser considerado em seu processo de aquisição de aprendizagem.

A síndrome de Down (SCHWARTZMAN, 1999, p. 3), ocorre por um erro genético, no momento da concepção do indivíduo, ou imediatamente após, que existe um atraso em todas as áreas do desenvolvimento e um estado de deficiência intelectual no indivíduo com a síndrome, não necessariamente havendo um padrão pré-definido de desenvolvimento nestes indivíduos, pois não necessariamente o desenvolvimento da inteligência dependeria dessa alteração cromossômica, mas sim todo o potencial genético e toda a influência que o meio causaria.

No entanto, ainda se desconhece a causa desta alteração genética e não há cura para a síndrome de Down. Independentemente do tipo, trissomia 21, translocação ou mosaicismos, é sempre o cromossomo 21 o responsável pelos traços físicos e função intelectual limitada, observado sobretudo nos indivíduos com síndrome de Down. Estudos mostram que alguns problemas ocorridos durante a gravidez como fortes emoções, quedas e uso de medicamentos não causam a síndrome, pois esta já é desenvolvida na união do espermatozoide do pai, com o óvulo da mãe.

Durante muito tempo, não se acreditava que um indivíduo com síndrome de Down, fosse capaz de ter um desenvolvimento cognitivo. Essa crença era mantida, pois elas eram rotuladas como inferiores e doentes, devido as suas dificuldades na linguagem, autonomia, motricidade. Por esses motivos eram excluídas do convívio social.

Contudo, hoje, apesar das várias informações acessíveis sobre a síndrome de Down, o preconceito e o rótulo ainda estão presentes; entretanto, os estudos comprovam que o portador da síndrome de Down pode se desenvolver como uma pessoa dentro dos padrões estabelecidos pela sociedade, porém, o seu processo de desenvolvimento é um pouco mais lento, devido ao fato de apresentarem lesões no sistema nervoso, o que consequentemente irá prejudicar o seu aprendizado.

De acordo com Oliveira (2007 p.19), a linguagem falada é considerada como uma das primeiras formas de socialização do ser humano. Por possuírem um atraso



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

no desenvolvimento global, pessoas síndrome de Down, têm dificuldades na aquisição da linguagem, sendo considerado uma problemática para familiares e professores da criança. Geralmente essa dificuldade começa com a palavra falada. A criança irá compreender mais e expressar menos as palavras. Conseqüentemente este processo interferirá tanto na leitura como na escrita, quando esta criança ingressar na escola.

Nos estudos de PIAGET, citado por Kammi (1990, p.33) a finalidade da educação é desenvolver a autonomia da criança, que é, indissociavelmente, social, moral e intelectual. A matemática, assim como qualquer outra matéria, deve ensinada no contexto desse objetivo amplo. A estimulação precoce é primordial para qualquer criança, seja ela com ou sem atraso no desenvolvimento. Os programas de estimulação procuram dar condições para que a criança desenvolva suas capacidades, colaborando para que ela consiga alcançar as fases seguintes do desenvolvimento. Para Schwartzman (1999, p. 233), o processo educacional de uma criança é uma atividade muito complexa, que exigirá adaptações de ordem curricular, requerendo um cuidadoso acompanhamento dos educadores e pais.

Entendemos, que educação especial trouxe grandes contribuições para a educação da criança com síndrome de Down, mostrando que toda criança, mesmo com atraso mental grave, pode ser educada. Entretanto, a escola especial não conseguiu atingir as suas metas, que era criar adultos autônomos, capazes de se desenvolverem na vida e na sociedade, além de fazerem a separação e a discriminação de um grupo social.

2.3 Procedimentos Metodológicos

2.3.1 Método

Participaram da pesquisa cinco (5) professores, cinco (5) alunos e cinco (5) escolas públicas no município de Rio Branco estado do Acre. A investigação ocorreu no primeiro semestre de 2016.

O método utilizado foi um questionário semiestruturado, esse instrumento foi desenvolvido para obter subsídios com os professores em relação as qualidades do envolvimento dos professores dos alunos síndrome de Down inserida nas turmas de primeiro ano do ensino fundamental. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, com



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

cinco (5) perguntas a serem respondido pelos professores e observação participante na sala de aula. Para apresentação dos dados obtidos no questionário foram desenvolvidos pelos pesquisadores 5 (cinco) categorias de análise.

2.3.2 Resultados e Discussão

O perfil dos participantes foram 5 (cinco) professores que atuam na turma de 1º ano na sala de aula com alunos síndrome de Down, em 5 (cinco) escolas de Ensino Fundamental. A experiência profissional vária de 5 a 20 anos de atuação na docência.

2.3.2.1 Categorias de Análise

Pergunta 1. Quais são os envolvimento do aluno síndrome de Down na realização de tarefas?

Resposta dos professores

3 professores responderam - que os alunos não têm concentração, demonstram desinteresse em realizar as atividades propostas.

2 professores: não reagem com rapidez aos estímulos, tem satisfação perante os resultados alcançados (figura 1).

Comentários dos pesquisadores

Estudos comprovam que as dificuldades de aprendizagem são um tipo de transtorno ou desordem, do qual a criança tem dificuldade em aprender, desempenhar funções, compreender e concluir tarefas (SMITH e STRICK 2001, p. 15). O termo dificuldades de aprendizagem refere-se não a um único distúrbio, mas uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico. Embora os danos neurológicos afetem qualquer área do funcionamento cerebral, as dificuldades que mais causam deficiências acadêmicas são aquelas que afetam a audição, visão, fala (linguagem), leitura, escrita, as habilidades motoras finas e o raciocínio lógico matemático, devido a não capacidade de focalizar a atenção.



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

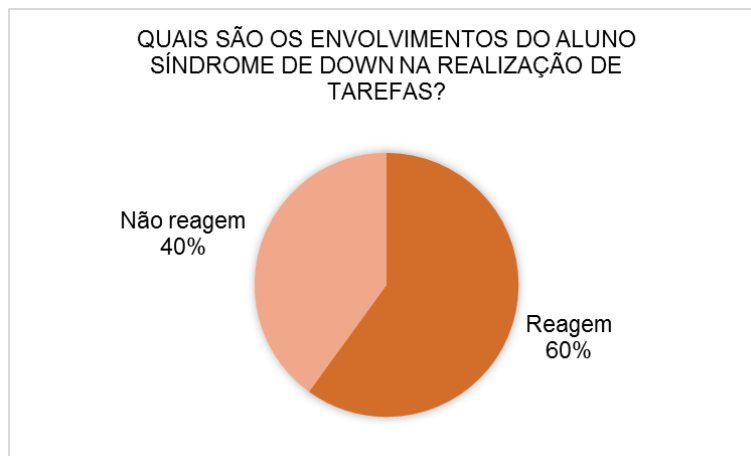


Figura 1. Proporção de alunos com síndrome de Down e o interesse no desenvolvimento de atividades.

Perguntas 2. Quais os procedimentos do professor perante os alunos síndrome de Down?

Resposta dos professores

1 professor respondeu- deixa de lado porque ele não participa

2 professores responderam – proporcionam sensibilidade, atenção e empatia e autenticidade.

2 professores responderam – tem liberdade para experimentar suas ideias.

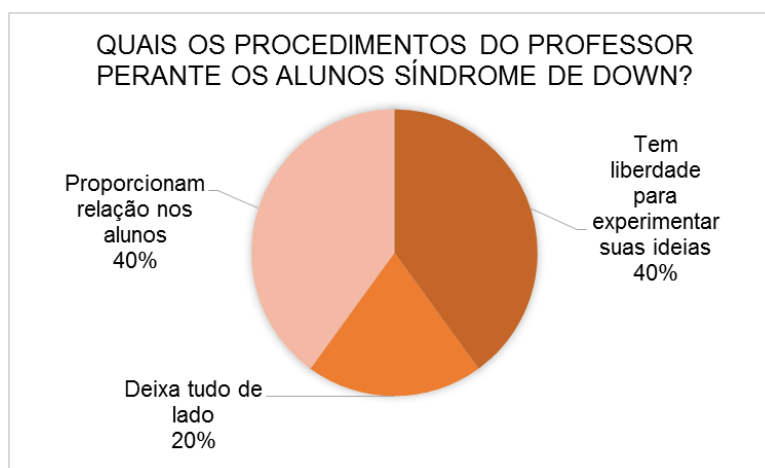


Figura 2. Proporção de professores com adoção de procedimentos perante comportamento dos alunos com síndrome de Down.

Comentários dos pesquisadores

Durante muito tempo, não se acreditava que um indivíduo com síndrome de Down, fosse capaz de ter um desenvolvimento cognitivo. Essa crença era mantida,



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

pois elas eram rotuladas como inferiores e doentes, devido as suas dificuldades na linguagem, autonomia, motricidade. Por esses motivos eram excluídas do convívio social.

Com a inclusão dos alunos nas escolas, apesar das várias informações acessíveis sobre a síndrome de Down, o preconceito e o rótulo ainda estão presentes; entretanto, os estudos comprovam que a síndrome de Down pode se desenvolver o seu aprendizado, porém, o seu processo de desenvolvimento é um pouco mais lento, devido ao fato de apresentarem lesões no sistema nervoso, o que conseqüentemente irá prejudicar o seu aprendizado.

O fato da criança (SCHWARTZMAN 1999, p.246), não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a de outras com idêntica condição genética

Pergunta 3. Quais são os interesses do professor em sala de aula na realização das tarefas em grupo?

Resposta dos professores

1 professores responderam – que respeitam e valorizam os alunos com síndrome de Down, encorajam e elogiam, mostram empatia, escuta e fomenta confiança no desenvolvimento das atividades.

2 professores responderam encorajam o aluno a resolver conflitos

2 não soube responder (figura 3).

Comentários dos pesquisadores

É importante salientar que as atividades práticas em grupo, que envolvam o contar, a manipulação de objetos reais (blocos de madeiras) e o acompanhamento individualizado, geralmente são essenciais para o entendimento destes conceitos e das relações numéricas, para que o indivíduo com síndrome de Down possa assimilar melhor o conteúdo, aprendendo a lidar com situações do cotidiano, como pagar uma conta, receber um troco entre outros.

No entanto Farrell (2008, p.10), relata que de qualquer modo, os alunos requerem programas específicos para favorecer o progresso na cognição e aprendizagem.



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

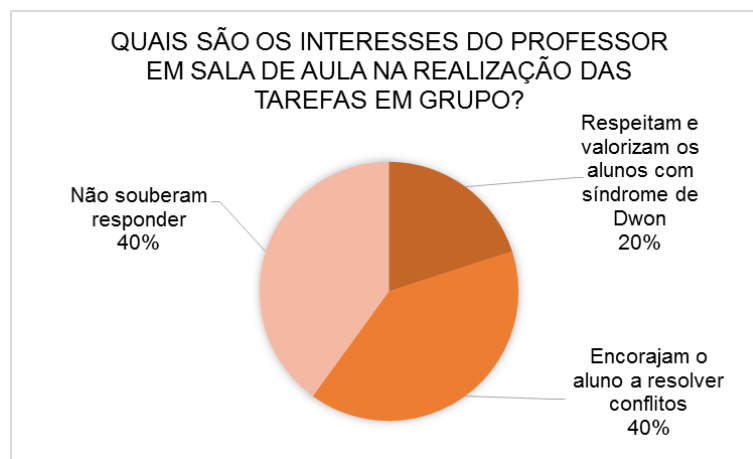


Figura 3. Proporção de professores com uso de tarefas aplicadas aos alunos com síndrome de Down.
Pergunta 4. Quais são intervenções do professor faz com frequência em relação ao aluno síndrome de Down?

Resposta dos professores

3 professores responderam – chama atenção mesmo que ele não faça a atividade com precisão, pois eles distraem facilmente e inclui momentos de ausência em sua execução.

2 professores – não fazem nada, pois tem que deixarem eles livres para desenvolverem o que quiserem (figura 4).

Comentários dos pesquisadores

Os estudos demonstram que durante todo o processo educacional do indivíduo com síndrome de Down, a interação da família, da escola e de outros profissionais (fonoaudiólogo; psicopedagogo; pediatras; neurologistas; entre outros) são de fundamental importância, pois é por meio desta interação que se conseguirá identificar as limitações, as habilidades do aluno, podendo ampliá-las e explorá-las.

A metodologia utilizada pelos professores para ensinar habilidades matemáticas ou de leitura/escrita, os alunos com síndrome de Down, devem desenvolver tarefas específicas, adaptadas as características individuais de cada criança, proporcionando situações que deem sentido aos conhecimentos que devem



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

ser ensinados, para que os portadores da síndrome possam se superar no processo de aprendizagem.

Em concordância com MILLS (apud SCHWARTZMAN, 1999, p. 233), o processo educacional de uma criança é uma atividade muito complexa, que exigirá adaptações de ordem curricular, requerendo um cuidadoso acompanhamento dos educadores, da escola e dos pais.

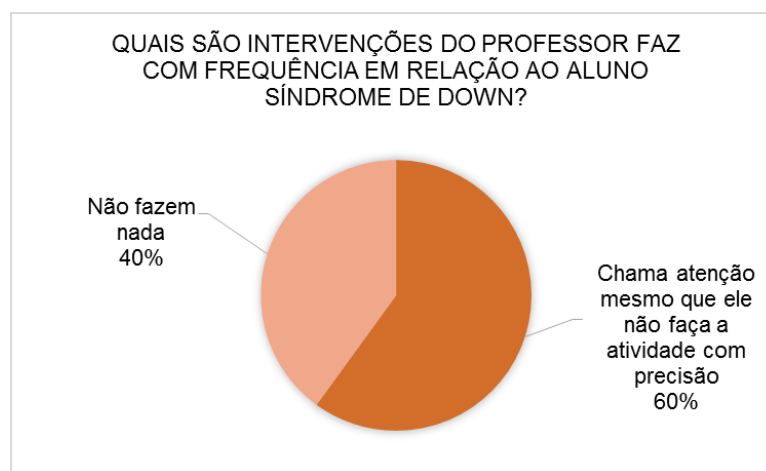


Figura 4. Proporção de professores que realizam alguma interferência nas tarefas dos alunos com síndrome de Down.

Pergunta 5. Nas atividades do currículo os alunos estão acompanhando a turma nas realizações dos objetivos proposto?

Resposta dos professores

4 professores – responderam que não. E não sabem como fazer para que eles acompanhem.

1 professor respondeu que seu aluno não acompanha a leitura e a escrita, a matemática entre outras, mas participam em as atividades em grupo (figura 5).

Comentários dos pesquisadores

Segundo SANTOS (2006), a aprendizagem é concebida por meio da interação e mediação do sujeito com o mundo, onde um vai interferir no outro. Assim, a experiência educativa que o psicopedagogo proverá ao aprendiz, deverá ser significativa e prazerosa, colaborando assim para o desenvolvimento do seu aprendizado.



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

No entanto, o aprendizado não se faz somente na escola, grande parte dele é realizado em casa, brincando com um amigo na rua, ou conversando com os pais, ou seja, o meio em que a criança está inserida podendo promover ganhos ou perdas neste processo de aprendizagem.

Assim, o respeito à diversidade é um dos pilares básicos da Educação Inclusiva para que os sistemas educacionais rompam, definitivamente, com as diferentes formas de exclusão educacional passa necessariamente pela elaboração de um projeto educacional coletivo, com a participação de todos os atores da escola.

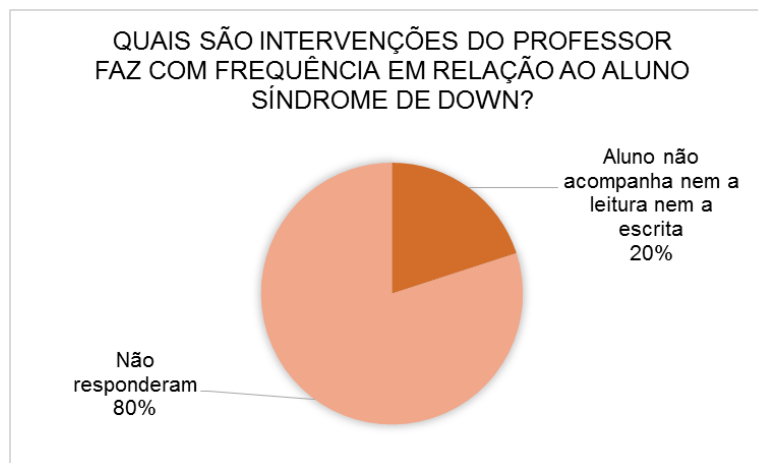


Figura 5. Proporção de professores com atividades do currículo com acompanhamento da turma nas realizações dos objetivos proposto.

CONCLUSÃO

Concluimos neste estudo, que a qualidade no envolvimento dos professores, indica que é preciso que os sistemas educacionais oportunizem cursos de formação aos seus professores para atuarem com alunos com síndrome de Down inseridos nas turmas de primeiro ano do ensino fundamental.

Por conseguinte, a sala de aula do ensino fundamental os conteúdos escolares são considerados objetos de aprendizagem, a ação pedagógica do professor é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando a se sentir capaz de realizar. É com essa dinâmica o professor seleciona procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos cognitivos.



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Os procedimentos de ensino devem privilegiar a construção coletiva e são organizados com base nas necessidades dos alunos, devendo o professor coordenar diferentes estilos, ritmos e interesses de aprendizagem, ou seja, todos os alunos são diferentes e suas necessidades educacionais poderão requerer apoio e recursos diferenciados.

Por fim, a avaliação da aprendizagem, por sua vez, deverá ser coerente com os objetivos, as atividades e os recursos selecionados, no entanto, se o processo de aprendizagem for redimensionado, o procedimento de avaliação deverá ser conduzido para esse fim.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos. **Declaração Mundial de Educação para Todos**. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília, DF: UNIFEC, 1990.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 72p. Secretaria de Educação Especial. Brasília – DF, 2010.

FARRELL, Michael. **Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas**. Porto Alegre: ARTMED, 2008. 104 p.

KAMII, Constance. **A criança e o número**. Trad. Regina A. De Assis. Campinas: Papyrus, 1990. 124 p.

SCHWARTZMAN, José S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon, 1999. 324 p.

SMITH, Corine; STRICK, Lisa. **Dificuldades de Aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores**. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: ARTMED, 2001 332 p.